

CAMPANHA NACIONAL DOS BANCÁRIOS ACORDO ASSINADO

Acordos coletivos foram assinados dia 18/10. Privados e Nossa Caixa têm até dez dias para creditar; BB e Caixa já iniciaram o pagamento.

O Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban (com a presença de representantes do Banco do Brasil e da Caixa) assinaram no dia 18/10, a renovação da Convenção Coletiva Nacional e o acordo de Participação nos Lucros e Resultados.

Após dois meses de negociações e uma greve nacional, os bancários conquistaram reajuste de 3,5% (0,63% acima da inflação) no salário e em todas as verbas (tíquete-refeição, cesta-alimentação entre outros) retroativos a 1º de setembro, data-base da categoria.

A primeira parcela da PLR nos bancos privados e na Nossa Caixa correspondente a 80% do salário, já reajustado, mais R\$ 828, será paga em até dez dias após a assinatura do acordo. A segunda parcela será paga em março juntamente com o valor adicional (entre R\$ 1.000 e R\$ 1.500) de acordo com o lucro líquido de 2006 em relação a 2005. O valor adicional será pago acima dos tetos da regra básica da



Assinatura do acordo.

PLR e sem o desconto dos programas próprios de remuneração.

Federais – Pela primeira vez, o BB e a Caixa são signatários da Convenção Nacional. Os bancários dessas instituições também terão o reajuste de 3,5%, mas há diferenças nas regras da PLR.

Os bancários do BB recebem de PLR (semestral) 95% do salário mais R\$ 412, acrescidos de R\$ 1.819,49 (4% do lucro líquido dividido entre os funcionários), mais o módulo-bônus, segundo os critérios de variação.

Na Caixa, a PLR dos empregados é o equivalente a 80% do salário (sem teto), mais o valor linear de R\$ 3.167,00. O pagamento será feito em duas parcelas: 60% foi pago no dia 20 e o restante em março de 2007.

Segundo o presidente do Sindicato, Marco Antônio Pereira, a Campanha Nacional deste ano não foi fácil, mais alcançou objetivos. “Mesmo diante de uma conjuntura econômica de inflação baixa, temos ainda muito a conquistar principalmente pela lucratividade recorde do sistema financeiro nacional”, acrescentou.

ASSISTENCIAL A FORÇA DA SUA PARTICIPAÇÃO

Contribuição definida em assembléia transforma-se em conquista para os trabalhadores.

Todos os bancários que já receberam ou que irão receber as diferenças salariais, reajuste salarial, PLR, adicional de PLR, estão colhendo os resultados da campanha salarial 2.006. Durante mais de três meses o sindicato participou de diversas reuniões, plenárias, congressos, encontros, seminários e outras atividades que demandaram gastos excessivos, além de publicações de editais, confecção de faixas, cartazes, jornais, panfletos, adesivos, gastos com carro de som, departamento jurídico, e outros instrumentos de mobilização, tudo isso, para garantir a defesa de nossos direitos e lutar por novas conquistas. Ficou instituído, em assembléia, que o desconto assistencial, será de 01 dia de serviço

(3,33%), a ser descontado de todos os bancários, sócios e não sócios, com teto máximo de R\$ 200,00, em duas parcelas. Ficando aberto o prazo p/ oposição de 30/10/2006 a 08/11/2006, mediante requerimento manuscrito de próprio punho, devendo constar nome, qualificação, número da CTPS, nome do banco e obrigatoriamente ser entregue individual e pessoalmente no horário da 8:00 as 17:00 na sede ou na sub-sede do sindicato.

O assistencial, é vital para ajudar a manter, e expandir a estrutura do sindicato e, conseqüentemente, garantir a correlação de forças mais equilibrada na hora de negociar com os banqueiros.

AGORA É HORA DE NEGOCIAR ADITIVO AO ACORDO COLETIVO

Os dirigentes sindicais e de representação estão cobrando do Santander Banespa a realização de negociação do aditivo ao acordo coletivo, tendo em vista a assinatura da Convenção Coletiva Nacional da categoria bancária ocorrida dia 18 de outubro.

Com a assinatura do acordo, o Santander Banespa tem até o dia 28 para creditar o restante da primeira parcela da PLR (Participação nos Lucros e Resultados), que será de 40% do salário mais R\$ 428,00. O banco deverá pagar também as diferenças salariais retroativas à 1º de setembro.

Os trabalhadores do banco receberam no dia 16/10, R\$ 300,00, a título de adiantamento do PPR (Programa de Participação nos Resultados) e parte da PLR equivalente a 40% do salário mais R\$ 400.

Histórico

No dia 26 de setembro foi realizada a segunda rodada de negociação. Na reunião, a representação dos funcionários solicitou a prorrogação do acordo coletivo de 2004 a 2006 para dia 20 de outubro e a antecipação da primeira parcela da PLR e da PPR. As reivindicações foram atendidas dias depois.

Os representantes do banco afirmaram que é difícil manter um acordo aditivo à Convenção Coletiva da Fenaban, entretanto, disseram que é possível continuar conversando sobre alguns pontos. Já outros, entre os quais cláusulas de pré-aposentadoria (estabilidade e liberação remunerada, conhecida como pijama) e incorporação de abono aos aposentados, a empresa avaliou como extremamente improváveis.

A minuta

A minuta possui três blocos de reivindicações específicas. O primeiro estabelece a manu-

tenção de cláusulas já existentes no acordo do ex-Banespa que se aplicam somente aos funcionários pré-privatização que não migraram ao novo plano de cargos e salários, nem venderam direitos previstos no regulamento de pessoal, como quinquênios e licença-prêmio.

O segundo prevê a extensão de cláusulas desse acordo para todos os funcionários do banco, como jornada de trabalho de seis horas com inclusão do intervalo de 15 minutos, estabilidade pré-aposentadoria de 36 meses, liberação remunerada pré-aposentadoria mediante opção do empregado, comitê de relações trabalhistas e unificação do anuênio pelo maior valor (R\$ 18,52). Já o terceiro bloco possui um conjunto de propostas para cláusulas novas. Destacam-se: garantia contra demissões imotivadas como na Espanha, fim do assédio moral, contratação dos terceirizados, igualdade de direitos aos estagiários e exame demissional obrigatório.

BANCO DO BRASIL

CONFIRA A PROPOSTA APROVADA



Os funcionários do BB presentes na Assembleia do dia 10 de outubro (foto), aprovaram o reajuste salarial de 3,5% e a proposta apresentada pelo banco na negociação de segunda-feira, dia 9. O BB aumentou a parte variável da PLR de 88% para 95% do valor de referência (VR) ou do E6. O

banco manteve os R\$ 412,00 da parcela fixa e a distribuição linear de 4% do lucro líquido, o que daria R\$ 1.814,49 para cada funcionário.

Com isso a PLR teria um aumento mínimo de 75% sobre os valores pagos no semestre passado. Os escriturários, que recebem os menores salários, passam a ganhar R\$ 3.395,28 de PLR, enquanto os caixas garantem R\$ 3.887,33.

O Banco do Brasil também aceitou a reivindicação dos bancários e vai pagar o módulo acordo de trabalho (ACT) proporcional para as agências que não o cumprirem integralmente. O valor total do módulo será pago para as agências que atingirem os 400 pontos do ACT e proporcional para as agências que garantirem no mínimo 325,5 pontos.

Cláusulas garantidas

A direção do Banco do Brasil afirmou que vai manter as demais cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho do ano passado. Algumas sofrem

mudanças, como a licença-adoção de 120 dias; o auxílio do PAS para os novos funcionários nos casos de enfermagem especial, deslocamento para tratamento no exterior e remoção através de UTI móvel ou táxi aéreo; cobertura dos gastos com funeral e traslado em caso de morte em serviço; cobertura de despesa de deslocamento e estadia em caso de recepção ou doação de órgãos; e VCP/LER, que passa de 12 para 18 meses.

O banco também vai pagar o auxílio-creche ou babá desde o nascimento. Outro item é a ajuda de deslocamento noturno, que o BB pagará o valor de R\$ 46,29 previsto na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). O Banco do Brasil também vai descontar o vale-transporte dos funcionários em até 4% do salário, e não 6% como é hoje. Ainda vai cumprir as cláusulas da CCT de Gratificação de Função, Gratificação de Compensador de Cheques e Ausências Legais.

SINDICATO FORTE É SINÔNIMO DE PROBLEMA PARA OS BANQUEIROS, QUE FAZEM DE TUDO PARA ARROCHAR SALÁRIOS E ENGORDAR AINDA MAIS SEUS ASTRONÔMICOS LUCROS.

A INDEPENDÊNCIA E A AUTONOMIA DO SINDICATO DEPENDEM DA PARTICIPAÇÃO CONSCIENTE DE TODOS OS TRABALHADORES.

CONFIRA A PROPOSTA APROVADA

Proposta de PLR da CAIXA

Cargo	Valor da PLR
Tec. Bancário REF. 101	R\$ 4.073
Tec. Bancário REF. 115	R\$ 4.337
Escriturário REF. 77	R\$ 5.469
Superv. I - Faixa I	R\$ 8.509
Ger. Geral II - Merc. A	R\$ 9.871
Tesoureiro RET/PV (BH)	R\$ 5.103

Reunidos em assembléia no dia 11/10, os bancários da CAIXA aprovaram o reajuste de 3,5% nas verbas salariais. A assembléia também aprovou as seguintes propostas do banco:

Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A CAIXA pagará a PLR básica da FENABAN sem considerar o limite estabelecido. Pagará ainda uma PLR Extraordinária de forma linear para todos os empregados, proporcional aos dias trabalhados em 2006.

Esta proposta representa 3,5% do salário de ingresso do Técnico Bancário e 1 remuneração do maior salário praticado na CAIXA. O pagamento será feito em duas parcelas a primeira (60%) até 10 dias após assinatura do ACT e a segunda parcela (40%) em março/2007.

Caixa RET/PV

Criação do cargo em comissão de Caixa RET/PV, posicionado no nível TA1 das tabelas de Piso de Referência de Mercado e Gratificação, correspondente a R\$ 1.450,00 e R\$ 299,00 respectivamente. Vigência: 01.01.2007.

Promoção dos gerentes juniores

Extinção do cargo em comissão de Gerente Júnior (piso 3.413) com ingresso nos cargos em Comissão de Gerente de Relacionamento e Atendimento. Regras da transição: Os empregados com menos de 6 meses de exercício ou participantes do banco de habilitados deverão complementar o estágio no cargo antigo de Gerente Júnior (regras do edital).

Os empregados com mais de 6 meses serão enquadrados no cargo de Gerente de Relacionamento ou Atendimento de acordo com o Porte e Mercado do PV de lotação. O valor do Piso de Gerente de Relacionamento/Atendimento varia de R\$ 5.240,00 a R\$ 6.689,00. Vigência: 01.01.2007.

Criação do nível sênior de avaliador de penhor
Criação do cargo em comissão de Avaliador de Penhor Sênior, em antecipação à discussão na mesa temática sobre a revisão do cargo em comissão de Avaliador de Penhor, posicionado no nível TA7 das Tabelas de Piso de Referência de Mercado e Gratificação, com piso de referência

de mercado de R\$ 4.066,00 e gratificação de R\$ 1.508,00 para jornada de 8 horas, e piso de referência de mercado de R\$ 3.049,00 e gratificação de R\$ 1.130,00 para 6 horas, o que representa um aumento salarial de aproximadamente 14% em relação ao Avaliador de Penhor Pleno: Vigência: 01.01.2007. (Foi aprovada na assembléia a não criação da jornada de 8 horas para avaliadores).

Incentivo à graduação

Ampliação do número de bolsas de incentivo à graduação, passando a 3.000 vagas para o segundo semestre de 2006 e 1.000 vagas para o primeiro semestre de 2007. A bolsa terá o valor



máximo de R\$ 350,00 e será concedida após aprovação na seleção interna e no vestibular.

Criação de faixas salariais

Criação de cinco faixas salariais horizontais para todos os cargos em comissão de natureza técnica e de assessoramento, com interstício entre as faixas de 2%, beneficiando cerca de 24 mil empregados, inclusive o Caixa de PV e o Avaliador de Penhor.

A movimentação será anual, por meio de avaliação de desempenho individual. A quantidade de empregados a serem promovidos por unidade será aprovada pelo Conselho Diretor, em Janeiro de cada ano. Para 2007 já está definida a promoção de 30% dos 24.005 empregados envolvidos.

Esta movimentação não interfere no encarecimento dos níveis júnior, pleno ou sênior.

Nível salarial

Concessão de 1 (um) nível salarial no cargo efetivo, por Acordo Coletivo de Trabalho, a todos os empregados que atenderem os requisitos

de mercado de R\$ 4.066,00 e gratificação de R\$ 1.508,00 para jornada de 8 horas, e piso de referência de mercado de R\$ 3.049,00 e gratificação de R\$ 1.130,00 para 6 horas, o que representa um aumento salarial de aproximadamente 14% em relação ao Avaliador de Penhor Pleno: Vigência: 01.01.2007. (Foi aprovada na assembléia a não criação da jornada de 8 horas para avaliadores).

tos, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2007. Beneficiam-se da proposta todos os empregados ativos integrantes da Parte Permanente do Quadro de Pessoal da CAIXA, inclusive cedidos, liberados para sindicatos e os licenciados sem suspensão do contrato de trabalho.

A referida elevação de nível salarial fica sustada para os empregados que, em 31.12.2006, encontrarem-se arrolados em procedimentos apuratórios internos de fatos passíveis de suspensão ou rescisão contratual e cuja instauração tenha se dado neste exercício, até o julgamento do mérito.

Caso não ocorra penalidade de suspensão ou rescisão contratual na finalização do procedimento apuratório, a elevação no nível salarial de que trata a presente proposta será concedida com data retroativa a 1º de janeiro de 2007.

A alteração da referência salarial do empregado por esta modalidade não interfere nas promoções futuras por antigüidade devidas aos empregados, conforme previsto no Plano de Cargos e Salários.

Esta modalidade de crescimento na carreira, dentro do mesmo cargo, não se aplica ao empregado que, no exercício de 2006: registrar, por qualquer período, afastamen-

to caracterizado como suspensão do contrato de trabalho; registrar menos de 90 dias de efetivo exercício na CAIXA em 30/09/2006; tiver o contrato de trabalho extinto por rescisão, aposentadoria ou falecimento; tiver sido suspenso em decorrência de decisão em processo instaurado naquele ano-base.

Unificação da carreira profissional

A CAIXA apresentará, no prazo de 15 dias, contados da assinatura de acordo, proposta de unificação da Carreira Profissional dos PCS/89 e 98, com a criação de nova estrutura em 36 níveis, possibilitando a adesão às novas condições aos empregados da carreira profissional que tenham aderido ou que venham a aderir ao Novo Plano da FUNCEF, observado o direito adquirido. (Foi aprovado sem a obrigatoriedade de passar para o novo plano).

Conversão de licença prêmio e Apip

Autorização de conversão, em espécie, de Licença-Prêmio e APIP de até 30 dias imediatamente após assinatura do ACT 2006/2007.

MOBILIZAÇÃO - QUEM LUTA CONQUISTA

Foram seis dias de paralisação. A greve envolveu trabalhadores da maioria das agências bancárias de Barretos.

As paralisações ocorridas em Barretos teve início no dia 05/10, dia seguinte da realização da assembléia que deflagrou a greve da categoria.

O Sindicato centralizou a greve em Barretos, toda diretoria da sede e subsede se fez presente nas atividades, garantindo a paralisação na cidade sede.

No dia 06/10, segundo dia de greve, o mo-

vimento ganhou adesão dos bancários do BB e Santander totalizando quase 100% de paralisação das agências de Barretos. A partir do dia 09 os trabalhadores que queriam exercer seu legítimo direito de manifestação, tiveram que lidar com os mecanismos de repressão colocados em prática pelos banqueiros. Devido aos famigerados interditos proibitórios (instrumento jurídico que trata de preservação do patrimônio), muitos bancários foram forçados a reabrir as agências que estavam fechadas pela greve. Não foi fácil, mais os

trabalhadores demonstraram muita força de vontade e disposição de luta durante os dias do movimento. Foram 5 interditos nos seguintes bancos: Bradesco, ABN – Real, Itaú, HSBC e Santander Banespa.

Fica aqui o agradecimento do Sindicato a cada bancário e bancária que deram sua contribuição para mais essa vitória da categoria, apesar das pressões, das ameaças constantes dos banqueiros. Veja a seguir algumas das principais imagens da greve.



ASSÉDIO MORAL PARALISA ATIVIDADES EM BARRETOS

Funcionários do Banco Nossa Caixa de Barretos fizeram uma paralisação no primeiro dia de setembro em protesto contra o gerente da agência, Benedito Godoy. Os funcionários denunciaram o “assédio moral”, ou seja, as constantes situações de humilhação e constrangimento a que eram submetidos pelo gerente, e se recusaram a voltar ao trabalho até que houvesse uma solução. O presi-

dente do sindicato, Marco Antônio Pereira, funcionários e demais diretores da entidade, reuniram-se com o diretor regional da Nossa Caixa, que veio a Barretos especialmente para avaliar o caso. Os representantes dos trabalhadores reivindicaram a contratação de mais funcionários, melhores condições de trabalho e pagamento total das horas extras, assim como a transferência do

Gerente. Durante a reunião realizada na tarde do mesmo dia, na sede do sindicato, o Sr. Gilberto, diretor regional, assumiu o compromisso de atender as reivindicações dos trabalhadores sem que houvesse qualquer tipo de perseguição aos funcionários, mas quanto ao gerente não admitiu a transferência do mesmo, se comprometendo a contornar o caso.



SINDICATO, FETEC-CUT-SP E SEEB-SP REUNEM-SE COM DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA NOSSA CAIXA

Assédio moral, metas abusivas e desrespeitos à jornada de trabalho foram alvo de denúncias, durante reunião entre o Sindicato, a FETEC/CUT-SP, e Seeb/SP com o diretor de Gestão de Pessoas (DGP) da Nossa Caixa, Itamar Mortágua.

Na oportunidade, as lideranças sindicais cobraram medidas contra práticas de assédio moral, as quais já se tornaram generalizadas na Nossa Caixa, cujos casos mais graves foram recentemente detectados em Barretos e Mogi das Cruzes, chegando a motivar protestos pela destituição das gerências de agências.

O DGP antecipou resistências regionais para a saída dos referidos gerentes e disse já ter encaminhado equipe de assistentes sociais para análise das situações.

Para o movimento sindical, o assédio moral está diretamente relacionado à imposição de metas abusivas. Deste modo, os representantes sindicais propuseram a substituição das metas individuais por metas coletivas, aproveitando para denunciar abusos na imposição de metas aos caixas das agências. Esses trabalhadores estão sendo obrigados a abandonar seus postos para dar conta da venda de produtos.

Mortágua afirmou não haver interesse por parte da empresa de acabar com as metas individuais. A alegação é de que cada funcionário deve

ter objetivos a serem alcançados.

As lideranças sindicais reivindicaram o fim do banco de horas, instituído pela Nossa Caixa sem qualquer acordo coletivo. As horas trabalhadas a mais devem ser remuneradas, até mesmo porque já está impossível compensá-las. Tem funcionário que já acumulou mais de 300 horas.



O diretor da Nossa Caixa assumiu o compromisso de resolver a questão do banco de dados até o final do ano. Com relação às horas extras que deveriam ter sido remuneradas e até o momento ainda não foram, Mortágua deu como certo o breve pagamento.

Ao ser cobrado sobre a remuneração para coordenadores e gerentes, o DGP informou que estão sendo pagas apenas as horas extras dos coordenadores que estão trabalhando aos sábados para atendimento das novas contas do funcionalismo público estadual, cujos salários passarão a ser creditados, a partir de 01/01/07, no banco estadual.

Para atender à futura demanda, o banco se compromete até o final do ano a abrir 50 novas agências e a contratar 1 mil novos funcionários, o que para a FETEC SP tende a ser insuficiente.

As denúncias de bancários vítimas de assédio moral é crescente na Nossa Caixa, entre elas na agência de Barretos que atingiu o limite máximo do desrespeito. “Não é possível esperar que o problema aconteça para combatê-lo. Se essa prática abusiva existe no banco, é de responsabilidade da Nossa Caixa” Comenta o presidente do Sindicato Marco Antônio Pereira que esteve presente na reunião.

“Vamos continuar acompanhando essas demandas nos locais de trabalho. As atividades também serão intensificadas para que o banco respeite o bancário e garanta condições dignas de trabalho”. Conclui Marco.

SAÚDE

BANCÁRIOS GARANTEM PLR PARA AFASTADOS*Quem trabalhou pelo menos um dia receberá integralmente a primeira parcela*

Como resultados das negociações entre o Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban durante a Campanha Nacional recentemente encerrada, todo funcionário afastado para tratamento de saúde mas que tenha trabalhado pelo menos um dia do ano de 2006, receberá integralmente a primeira parcela da PLR (80% do salário mais R\$ 828), a ser paga em até dez dias após a assinatura do acordo coletivo com a Fenaban.

A medida contempla parte de um dos principais eixos da campanha deste ano, que foi estabelecer isonomia de direitos entre os bancários na ativa e aqueles em tratamento de saúde.

"Ainda precisamos avançar mais. A mesa de saúde deve ser retomada e queremos que os bancários afastados continuem recebendo os demais benefícios", diz Alencar Teodoro diretor do sindicato e da pasta de saúde da entidade.

SEGURANÇA

DUAS AGÊNCIAS DO BRADESCO DA BASE SÃO ASSALTADAS EM UMA SEMANA

No prazo de uma semana, duas agências bancárias pertencentes à base territorial do sindicato foram assaltadas. No último dia 10, às 11h30 da manhã, três homens armados com revólveres invadiram a agência do Bradesco de Colômbia e após renderem os funcionários e clientes, roubaram R\$ 6 mil dos caixas e mais cerca de R\$ 600 de um cliente. No dia 17/10 foi à vez do Bradesco de Morro Agudo, em pleno horário de funcionamento, às 14h00, três homens também armados de revólveres, levaram cerca de sete mil reais dos caixas. As duas ocorrências são indicadores da crescente onda de violência envolvendo os bancos. A questão tem tirado o sono das lideranças sindicais frente à falta de investimento em segurança por parte das instituições financeiras. Para Waldir Recco, funcionário do Bradesco-Barretos e diretor do sindicato, que esteve reunido com o coletivo de segurança da Fetec-Cut/SP em São Paulo, essa é uma situação

que requer maior qualificação do movimento sindical bancário. "Precisamos nos preparar para enfrentar o descaso dos bancos para com a vida de trabalhadores e da população em geral", afirmou.

Na corrida por maiores lucros, os bancos preferem infringir a lei a instalar mecanismos suficientes de proteção contra a investida de assaltantes, como por exemplo, portas de segurança. Expõem seus funcionários a riscos lhes incumbindo responsabilidades como transportes de numerário e guarda de chaves de cofres. Mesmo sem medidas adequadas de prevenção, várias instituições financeiras ainda negam a emissão de CATs (Comunicação de Acidente de Trabalho), por ocorrência de assaltos. "O fato de o bancário ter ficado na mira de uma arma e sofrido ameaças e humilhações, isso é negligência à saúde do trabalhador", ressaltou Waldir.

JUSTIÇA

APOSENTADORIA NÃO ROMPE CONTRATO DE TRABALHO, DIZ STF

Os trabalhadores que se aposentarem espontaneamente antes de completar o tempo necessário (homem aos 35 anos de contribuição e mulher aos 30 anos) não podem ser demitidos automaticamente.

A decisão foi tomada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada por diversos partidos políticos. A Adin contesta dispositivo da lei nº 9.528/97, segundo a qual a aposentadoria àqueles trabalhadores implicaria a extinção do contrato.

Segundo os ministros do STF, "a lei conduz a mais uma modalidade de extinção do contrato de trabalho e estabelece uma verdadeira incompatibilidade entre o benefício previdenciário e a continuidade do vínculo de emprego, em total desarmonia com a Constituição".

A decisão do STF põe um ponto final na questão sobre se o aposentado deve ter seu contrato de trabalho rescindido ou não. Mas, ao tornar contínuo o contrato de trabalho de quem se aposenta, o STF pode ter dado margem à discussão referente à multa de 40% sobre o saldo do FGTS.

É que, segundo o TST, o pedido espontâneo de aposentadoria equivale a pedir demissão. Assim, não haveria a multa de 40% sobre o saldo do FGTS até o momento da aposentadoria, mas apenas a partir daí.

O ministro Carlos Ayres Britto ressaltou que, uma vez aposentado, nada impede que a empresa demita o empregado. Entretanto, nesse caso, ela deve arcar com o pagamento de todas as verbas rescisórias decorrentes de uma demissão sem justa causa. Por esse entendimento, a empresa terá de pagar a multa de 40% sobre o FGTS antes da aposentadoria.

É UMA LUTA DESIGUAL. DE UM LADO OS BANCOS E SEUS BILHÕES DE REAIS. DE OUTRO, BANCÁRIOS EXPLORADOS E PRESSIONADOS. A ÚNICA MANEIRA DE LUTAR CONTRA ESSAS DIFERENÇAS ESTÁ NA UNIÃO, PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO. FOI ASSIM EM TODAS AS CONQUISTAS TRABALHISTAS.

MPT ACOLHE DENÚNCIA CONTRA SANTANDER BANESPA DE BEBEDOURO



Segundo o presidente do Sindicato dos Bancários de Barretos e Região, Marco Antonio Pereira, que prestou declaração na Delegacia de Polícia em Barretos no final do mês de setembro, a agência de Bebedouro pertencente à base territorial do Sindicato, foi autuada por infringir o disposto no artigo 41 da CLT, mantendo sete empregados sem registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente.

Nos termos da fundamentação do referido auto de infração, a empresa mantinha os empregados sob a denominação de estagiários.

Para o dirigente, trata-se de exploração de mão de obra fraudulenta feita pelo Banco Santander por meio de contratação de estagiários para exercer as funções típicas de bancários. Verifica-se assim, a existência de total violação aos termos da lei nº. 6494/77, conhecida como a “Lei de Estágio”, pois o mesmo deve ser realizado em locais que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação de estagiário, complementando o ensino e aprendizagem a ser planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares. “Pois a realidade apresentada é de estagiários substituindo bancários por um salário bem inferior e sem os benefícios da categoria, o que faz com que o Banco se acomode e deixe de abrir vagas para o preenchimento de cargos. Outras agências estão na mira do Sindicato”, finalizou o presidente da entidade. A denuncia foi acatada pelo Ministério Público do Trabalho que abriu uma ação civil publica para investigar o caso.

BANCÁRIA GANHA R\$ 330 MIL POR TRABALHAR DEMAIS

A bancária Marli Picolli Rossini, de Santa Catarina, ganhou na Justiça uma indenização de R\$ 330 mil, que será paga pelo Santander Banespa (antigo Meridional). O motivo, cobrar metas abusivas e faze-la trabalhar 12 horas por dia, com intervalo de apenas 35 minutos, segundo o site Espaço Vital.

Dentre as metas destacadas pelo site estão abrir um número mínimo de novas contas, todos os meses; manter saldo médio na agência; volume obrigatório de aplicações financeiras, viagens para captar clientes etc.

Na sentença do juiz Carlos Frederico Fiorino Carneiro, também deferiu o pagamento de horas extras excedentes da 8ª diária e 44ª semanais, não cumuladas.

Assédio moral – Uma das grandes preocupações dos bancários de todo o país é acabar com o assédio moral nos locais de trabalho. Na terceira rodada de negociação da campanha nacional 2006, os trabalhadores obtiveram uma conquista, com a criação de um Grupo de Trabalho bipartite para discutir a realidade do assédio moral nos bancos. Ela será instalada 30 dias após assinatura do acordo coletivo e terá 180 dias para apresentar definições que levem ao fim das pressões abusivas nos locais de trabalho.

“É fundamental que o bancário faça denúncias sobre o assédio moral nos locais de trabalho. Para acabar com esse problema precisamos que todos os bancários estejam mobilizados”, diz o presidente do Sindicato, Marco Antônio Pereira.

CLASSIFICADOS BANCÁRIOS

Anuncio de classificados grátis aos associados.
Quer vender? Trocar? Comprar? Alugar? Anuncie aqui, gratuitamente!

Para Barretos e região, este é mais um benefício que o sindicato coloca à disposição dos associados.

Ligue e anuncie seu classificado,
fone/fax: (17) 3322-3911.

Vende-se

Moto CG-125 TITAN-ES ano e modelo 2004 - Verde - Documentação em ordem - conservada - único dono. Tratar com Marco - telefone (17) 3322-1431 ou 9132-2104.

FORTALEÇA A LUTA - SINDICALIZE-SE

Para que nossa luta seja vez mais significativo de de sindicalizados, maior é a mais forte, a entidade associados: pressão da categoria frente aos necessita de um número cada Quanto maior o número banqueiros.

A CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL É REVERTIDA EM CONQUISTAS PARA A CATEGORIA E MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DO SINDICATO. VALE LEMBRAR QUE A MENSALIDADE E O ASSISTENCIAL SÃO MEIOS DE ARRECADAÇÃO SUBMETIDOS A APROVAÇÃO EM ASSEMBLÉIA E NÃO IMPOSIÇÃO.

COMEÇA LUTA POR QUESTÕES ESPECÍFICAS

Bancários da Nossa Caixa querem a abertura de negociações



Diante da celebração da Convenção Coletiva de Trabalho entre os sindicatos dos bancários e a Fenaban, a Fetec São Paulo, juntamente

com a Feeb SP/MS, protocolou no dia 16/10 à direção da Nossa Caixa minuta específica de reivindicações dos funcionários do banco estadual.

Conforme o documento, as entidades requisitam abertura de negociação para tratar de problemas, para os quais o movimento sindical há tempos busca soluções, ao passo que o banco insiste em perpetuar. Dentre as prioridades estão o fim do assédio moral, fim da compensação das horas extras e do banco de horas, pagamento das horas extras constantes do Banco de Horas com acréscimos legais, equiparação de direitos para os funcionários admitidos a partir de 2000, reajuste da gratificação variável pelos mesmos índices de reajuste dos salários da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria de 2000 a 2006 e

inclusão da assistência odontológica no plano de saúde.

“Tendo em vista a forte adesão dos funcionários da Nossa Caixa na greve da categoria e o fato de o funcionalismo não ter sido contemplado com a parcela adicional da PLR conquistada nesta campanha, precisamos exigir soluções para uma série de questões específicas, as quais o banco insiste em empurrar com a barriga”, afirma o diretor do sindicato e funcionário da Nossa Caixa, Carlos Orphan.

O dirigente frisa: “Para que o processo negocial seja instalado e para que ele se dê em condições favoráveis aos bancários, os funcionários deverão manter-se mobilizados”.

CONFIRA AS VERBAS SALARIAIS NOS BANCOS PRIVADOS

Convênios



Vantagens para você!

Desconto de 20% para os associados e seus dependentes que pagarem a mensalidade até o 5º dia útil de cada mês, de acordo com a tabela vigente no semestre letivo do curso, exceto para o pagamento de matrícula e rematricula.

Sem prejuízo dos descontos de pontualidade já oferecidos pela FEB, calculados sobre o montante remanescente.

UMA ABELHA SÓ NÃO FAZ PRESSÃO
Se você ainda não é sócio do sindicato, sindicalize-se e ajude a fortalecer a luta dos bancários

Maiores informações no Sindicato pelo tel: 3322-3911

Diferenças de verbas salariais dos bancos privados - em R\$		
Verba	Proposta	Diferença set/out
Reajuste salarial	3,50%	
Portaria - contratação	552,92	37,40
Portaria - após 90 dias	605,68	40,96
Escritório - contratação	792,98	53,63
Escritório - após 90 dias	869,33	58,80
Caixa e Tesoureiro - contratação	792,98	53,63
Caixa e Tesoureiro - após 90 dias	869,33	58,80
Gratificação de caixa	234,58	15,87
Outras verbas de Caixa	110,93	7,50
Total Caixa - Tesoureiro	1.214,84	82,16
Gratificação de função	55%	-
Anuênio	13,65	-
Auxílio-refeição	13,89	20,67
Cesta-alimentação	238,07	16,10
Auxílio-creche/babá	171,13	11,57
Auxílio-Funeral	459,02	-
Morte e Invalidez por assalto	68.447,54	-
Auxílio-transporte (noturno)	47,91	3,24
Requalificação profissional	684,09	46,27
PLR	80% + RS 828 + parcela adicional)	-

Elaboração: Dicesse - Subseção Sese/Seeb-SP